



A Traição das Imagens (1929), de René Magritte (1898-1967).
Museu de Arte do Condado de Los Angeles - LACMA (Los Angeles/EUA).

Simoens da Silva, Przeworski e as crises da democracia: comentários e provocações¹

José Luiz Conrado Vieira²

Este artigo tem como ponto de partida a abordagem deveras interessante feita por Luiz Afonso Simoens da Silva, em 24/03/2024, acerca do livro *Crises da Democracia*, de Adam Przeworski (2020), em que destacou pontos relevantes da visão daquele autor e apresentou, de permeio, comentários instigantes a partir da pergunta com que nomeou o seu artigo (publicado no site www.reflexoesinquieta.com.br), cuja leitura prévia, portanto, se impõe: *As democracias estão em crise?* (Silva, 2024).

A propósito, cabe ressaltar que a ideia inicial era tão somente tecer algumas observações na área disponível para comentários de leitores no referido site. Todavia, as análises e provocações constantes do texto do Prof. Simoens da Silva acabaram ensejando um conjunto de considerações cuja extensão recomendou a sua conversão em um (neste) artigo, levada a efeito, frise-se, sem maiores preocupações na linha do rigor metodológico acadêmico.

Ressalte-se, também, como premissa, o fato de que, realmente, diversas das atuais democracias estão, sim, passando por um período (ou ciclo) de turbulências e dificuldades que sugere, de fato, uma crise desse sistema em sua dimensão política, evidenciada, desde logo, pelo surgimento e/ou crescimento de movimentos extremistas (notadamente de direita) ao redor do mundo, sobretudo a

¹ Artigo concluído em 28/07/2024.

² Doutor e Mestre em Direito Econômico (USP), Professor e Consultor.

partir de meados da última década, levando alguns analistas a temerem, até mesmo, pelo “fim da democracia”.

DEMOCRACIA: INSTITUTO, CICLOS E PROCESSO HISTÓRICO

Importa salientar, contudo, que a **democracia em si**, assumida como *instituto político, jurídico* e de viés *socioeconômico* vinculado a um período histórico (pós-Revolução Francesa), ainda em curso, que se insere num longo processo civilizacional (ou civilizatório) iniciado, remotamente, pelas *autocracias*, não parece, sob esse prisma, correr grandes riscos no sentido de um colapso capaz de levar à sua extinção, havendo, ao contrário, evidências de que se encontra em um processo de evolução.

Aliás, para certa linha de pensamento, essa perspectiva evolucionar sugere que a tendência de tal processo é dar origem, em sua fase mais avançada (superadas a autocracia, a aristocracia e a democracia), a um *novo sistema de governo e de participação social nas decisões públicas*, por vezes referido como *sinarquia*, que se supõe (ou se espera) pautado por atributos como cooperação, igualdade e solidariedade na gestão da *coisa pública* e dos *interesses sociais e nacionais*, e caracterizado, no plano ético, por um elevado grau de *consciência social* (ou *consciência da importância da alteridade e da supremacia ponderada do coletivo*) e de rigor na observância das normas “sinarquicamente” estabelecidas.

Essa ótica (evolutiva) parece ganhar consistência quando observadas as *grandes linhas* do processo histórico relativo às formas de governo e às instituições políticas e adotada, ademais, uma *perspectiva cíclica* da História, cuja fundamentação teórica, vale notar, trata como natural, e até esperada, a ocorrência de períodos ou ciclos, maiores ou menores, de *crise* e de *prosperidade* (êxito, plenitude).

Nessa perspectiva, ademais, a ideia de intersecção (menos ou mais longa) dos ciclos e de convivência entre diferentes sistemas ao longo do tempo desempenha, também, um papel relevante na análise, fazendo lembrar, de certo modo, as noções de *direito posto* e *direito pressuposto* empregadas por Grau (2008), cuja abordagem parte do embate entre forças produtivas e relações de produção, apontando a possibilidade de coexistência entre distintos modos de produção numa sociedade, sendo um, todavia, dominante.

Ponderados esses elementos, e considerado o *mainstream* de cada fase, o processo histórico evidencia, em suas grandes linhas, que a *autocracia* foi sucedida pela *aristocracia* (ou *oligarquia*), mas não desapareceu por completo, tendo sido esta última, por sua vez, sucedida pela *democracia*, que passou a constituir, na idade contemporânea, o *mainstream* em termos de pensamento político, mas segue convivendo, numa escala mundial, com as suas duas antecessoras, que mostram (ou retomam), aqui e ali, certa força em função de diferentes configurações de poder econômico e de

poder político, dentre outros fatores (como, por exemplo, o *ethos* de determinada sociedade ou as demandas sociais não atendidas).

Nessa perspectiva evolutiva e de avanço civilizatório, vale destacar, também, a existência de indicativos de uma ampliação gradual da consciência em relação aos poderes do Estado, que tem levado a uma demanda crescente por participação popular na esfera das decisões públicas. Nas últimas décadas do Séc. XX e nas primeiras deste Séc. XXI, vários desses indicativos apontam para uma passagem (lenta, devido às forças em jogo) da fase *representativa* para a fase *participativa* da democracia, destacando-se, dentre eles, o papel e o crescimento das organizações não governamentais (ONGs), bem como a expressiva ampliação, aqui e acolá, dos instrumentos jurídicos (constitucionais e legais) voltados para a atuação de *instituições* e *coletivos diversos* junto às várias instâncias do Estado.

DIMENSÕES DA DEMOCRACIA E O DESAFIO DO PRESENTE

Sob o prisma da dimensão “meramente política” (ou “político-institucional” ou, ainda, “político-eleitoral”) da democracia, pode-se falar, com efeito, de uma queda bastante expressiva (até mesmo acelerada, nos últimos tempos) de prestígio do modelo *representativo*, sendo inúmeras as evidências desse fato e diversos os fatores que o explicam. Basta ver como o modelo atual de *representação política* da sociedade por meio de *parlamentares* (senadores, deputados e vereadores: “classe política”) tem sido objeto de um elevado nível de desconfiança ao redor do mundo, com críticas, contestações e movimentos de protesto os mais diversos.

A propósito, a expressão *meramente política* remete, numa outra chave analítica, à questão das várias dimensões da democracia. Nesse caso, vale ressaltar que, salvo possíveis exceções, a democracia ainda está bem longe de cumprir aquele que, para alguns, constitui (ou deveria constituir) o seu maior desiderato, qual seja, o de propiciar uma substancial concretude, na esfera socioeconômica, à *universalidade abstrata* consubstanciada (e refletida) no princípio da igualdade. Vale notar que Sonia Mayer (2024), em seu comentário sobre o artigo de Simoens da Silva, parece caminhar nessa linha ao observar que, quando falamos de Brasil, o avanço da extrema direita tem como aliada “*a desigualdade de acesso aos direitos de cidadania de um regime democrático, para a maior parte da população*”.

Sob esse ponto de vista, portanto, só aí (a partir da substantiva concretização da igualdade) pode-se falar de uma *democracia plena*, hipótese esta que, à luz da realidade atual, supõe, em tese, um processo (e uma perspectiva) de longo prazo.

Entretanto, o grande desafio hoje posto para a democracia está, na linha das análises de Przeworski e outros, na sua sobrevivência no curto e no médio prazo. Nesse sentido, a compreensão do quadro atual de turbulências e dificuldades evidenciado e/ou vivenciado por várias democracias exige, sem dúvida, uma análise sistêmica de largo espectro, para a qual muitas questões, próprias ou

exógenas (sobretudo, transversais), merecem destaque, algumas das quais serão brevemente focadas nos comentários a seguir, que remetem, direta ou indiretamente, à análise de Przeworski, consoante exposta por Simoens da Silva, cujo artigo, vale ressaltar, trouxe importantes reflexões com relação (também) ao tema do neoliberalismo.

OS TRÊS PONTOS DE PRZEWORSKI E A QUESTÃO DO NEOLIBERALISMO

Desta forma, é de se dizer, primeiramente, da indubitável relevância dos três pontos para os quais Przeworski, como diz Simoens da Silva, recomenda especial atenção ao se mirar nos acontecimentos atuais envolvendo a democracia: (I) as condições econômicas, particularmente o crescimento e a distribuição da renda; (II) o histórico democrático, isto é, o quanto a democracia está consolidada; e (III) a intensidade das divisões sociais em termos de grau de polarização e hostilidade de diferentes facções políticas.

Em segundo lugar, importante e instigante, também, o destaque conferido por Simoens da Silva ao papel do neoliberalismo em sua vertente do final do Século XX, consubstanciada no chamado Consenso de Washington (de 1989, assim referido por John Williamson), que consolidou as teses desse que se tornaria o pensamento econômico dominante das décadas seguintes, até hoje, responsável por uma “financeirização” inusitada da vida econômica, com profundas implicações para países e sociedades.

Aliás, em seu livro *Moeda e Crise Econômica Global* (2015, p.86), Simoens da Silva já havia se referido ao termo *financeirização* dizendo que esse neologismo exprime “*uma mudança nas formas de apropriação da riqueza*”, devendo ser entendido “*não apenas como o crescimento da importância dos sistemas financeiros na geração de lucros, muito além da esfera do crédito, mas a difusão de uma ótica especulativa por todo o aparato produtivo da economia monetária contemporânea*”.

Vale citar, também, a ótica de Mollo (2008, p.8) que, após falar do descolamento entre finanças e produção e seu reflexo nas crises “*inevitáveis em economias muito alavancadas*”, referiu-se ao “*predomínio das finanças, que se convencionou chamar de financeirização das economias*”, e completou: “*ou seja, ao invés das finanças se desenvolverem para potencializar a produção, crescem no sentido de incremento de operações simplesmente especulativas*”.

Acresça-se, aí, a observação de Lacerda (2004, p.4) ao dizer que “*o processo de financeirização e rentismo das economias capitalistas extrapolou as fronteiras nacionais, configurando-se em um fenômeno internacional, magnificado pela liberalização dos mercados cambiais e pela desregulamentação dos fluxos de capitais*”, no qual se observou, dentre outros, “*o crescimento significativo da participação dos haveres financeiros na composição da riqueza privada*”.

Esse neoliberalismo trouxe, enfim, uma clara mudança de enfoque em relação ao processo econômico, com forte impacto no padrão de financiamento de grande parte das atividades produtivas e inúmeros reflexos em diversas áreas, inclusive na esfera comportamental.

A questão do financiamento da produção é referendada por Carlos Augusto Dias de Carvalho (2024) ao comentar, relativizando-a, uma das críticas de Simoens da Silva, dizendo que “*o crescimento de inovações financeiras, a liberalização dos movimentos de capitais e crescimento contínuo das economias centrais – mesmo com desigualdades – mudaram o padrão de financiamento e contribuíram para a FBKF, principalmente na China e no Brasil do Agro e das Energias Renováveis*”.

Importa salientar que essa mudança de padrão teve como substrato uma nova postura das instituições bancárias que, buscando reduzir exposição e riscos (em face dos efeitos da crise da dívida externa dos anos 1980), passaram a atuar, fortemente, como “meras intermediadoras” na colocação de títulos nos mercados e na gestão de fundos de investimento.

Como desdobramento “operacional” dessas mudanças de postura e de padrão, o pós-crise da dívida externa assistiu, vale lembrar, a um grande desenvolvimento dos mercados secundários para títulos de dívida, em geral, e para títulos da dívida pública dos países emergentes, em particular, com especial destaque para o papel desempenhado pelos chamados “*bradies*”, no início dos anos 1990 (nomenclatura essa associada ao Plano Brady, de 1989, do Secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady). Não é demais lembrar que é desse mesmo ano (1989) o Consenso de Washington.

FINANCEIRIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DA REALIDADE

A partir daí, passou-se a ter, gradativa e crescentemente, grandes empresas e grandes projetos, sobretudo em áreas potencialmente rentáveis no curto prazo, sendo financiados (via crédito) ou capitalizados (conta capital social) não mais de forma direta pelos seus acionistas ou cotistas originais (pessoas físicas ou jurídicas), ou com recursos (da “tesouraria”) de bancos, mas sim através de “*veículos de investimento*” como fundos (de propósito específico ou não) e outras *estruturas financeiras*, com consequências diversas no processo de gestão (resultados a curto prazo e/ou “a qualquer custo”) e no relacionamento com colaboradores, inclusive na esfera do (mercado de) trabalho.

De uma forma geral, se de um lado, dando razão ao comentário de Carvalho, esse novo padrão de financiamento contribuiu para a FBKF (formação bruta de capital fixo) em algumas áreas, sobretudo para grandes projetos, por outro lado contribuiu, também, para uma espécie de *financeirização da visão empresarial* e para certo “esgarçamento” (e/ou empobrecimento) das relações interpessoais envolvidas, inclusive de natureza trabalhista.

Com efeito, essa nova configuração/visão empresarial, geralmente focada em prazos curtos e resultados/retornos financeiros elevados para os sócios e os executivos, passou a demandar ainda

mais (e a obter, crescentemente) a flexibilização das relações e dos direitos do trabalho. Nesse sentido, colhe razão a crítica de Simoens da Silva ao se referir aos impactos do neoliberalismo no âmbito do mercado de trabalho e dos direitos trabalhistas.

Ao que consta, até mesmo a política de “dividendos” de muitas empresas (ou projetos específicos) se viu impactada por essa nova visão, com a frequente busca da maximização do retorno aos acionistas (sobretudo fundos e outras estruturas financeiras) no menor prazo possível, em detrimento, eventualmente, de políticas de investimento de longo prazo para essas companhias. Afinal, para a visão financeirizada do neoliberalismo é o ganho (maior possível) de curto prazo que importa, o que se traduziu, na cultura brasileira de investimentos em renda variável, numa certa “vitória” da *ótica de portfólio* (mercado de capitais/bolsas de valores) sobre a *ótica do investimento direto* tradicional.

Mollo (2008, p. 8-9) faz referência a esse fato ao dizer que, primeiramente, a liberalização financeira (trazida pelo neoliberalismo) “*acirrou a concorrência, pressionando pela obtenção de lucros rápidos, o que estimulou as operações de curto prazo, especulativas, em desfavor dos investimentos produtivos de médio e longo prazo*” e, em segundo lugar, a desregulamentação “*permitiu o predomínio dessas operações, enquanto o pensamento neoliberal forneceu e divulgou a justificativa ideológica para o processo, por meio da ideia de mercados reguladores e respeito às iniciativas privadas eficientes, insistindo na redução da intervenção do Estado, este visto como ineficiente e nocivo*” (grifamos).

Sobre essa menção de Mollo à questão ideológica, vale destacar a visão de Grau (2008, p. 271) de que “*a globalização é um fenômeno histórico, ao passo que o neoliberalismo expressa uma ideologia, sem que se manifeste qualquer relação necessária entre ambos*”, e que essa **globalização financeira** “*não pode ser tomada como a consequência inevitável do progresso científico e tecnológico*”, mas sim como “**fruto de uma política de globalização ancorada na ideologia neoliberal, conduzida, conscientemente desenvolvida pelas instâncias que comandam o mundo (EUA, FMI, Banco Mundial, OMC, OCDE, G-7 etc.)**” e que hoje “**determinam a produção de ideologia**” (grifamos).

Grau arrematou, então, dizendo que a globalização “*poderia ser outra*”, na linha de “*um novo universalismo, aquele dos direitos humanos – uma mundialização com rosto humano, isto é, humanizada*” (citando, aí, uma fala de Lionel Jospin extraída do *Le Monde*, 18.4.2001, p. 16).

Interessante notar como, a *contrario sensu* da crescente diversidade e complexidade do mundo e das relações sociais, essa forma de pensamento produziu uma espécie de “simplificação” da realidade ao tratar como secundárias, sobretudo na ótica (tosca, diga-se de passagem) de “extremistas liberais”, questões fundamentais para uma sociedade nacional tais como o *longo prazo*, o *projeto de país*, o *planejamento para o desenvolvimento sustentável*, as *preocupações com a pobreza e o lado social como um todo*, a *distribuição de renda*, a *necessária fiscalização de processos e políticas públicas* etc. Nessa linha, algumas delas, notadamente as que concernem

a *políticas sociais*, passaram a ser frequentemente “abstraídas” do debate, como se os problemas (e as pessoas), simplesmente, não existissem: para eles, mercado e “meritocracia” bastam.

Quando, eventualmente, as consideram em suas análises, não raro as veem como (meramente) “coisas para governos e estados”, os quais, entretanto (e paradoxalmente), para eles têm que ser pequenos e “não intervencionistas”, na linha do denominado “Estado mínimo”, por muitos assumido, aliás, como uma espécie de fetiche. No *discrimen* entre **regulação** e **intervencionismo**, salta aos olhos a pouca ou nenhuma noção que a grande maioria tem do avanço civilizatório, notadamente nas esferas política, jurídica e econômica, ínsito do termo *regulação* (fundamental, aliás, para a sobrevivência do capitalismo *vis-à-vis* as teses do liberalismo econômico), o que desnuda mais uma das facetas da idiotia que tem nutrido certas manifestações extremistas dos últimos tempos.

EXPECTATIVAS DE MERCADO E ABSTRAÇÃO REAL: O “ESTRAGO” NEOLIBERAL

Enfim, fato é que essa “mentalidade” *financeirizada* e fortemente *rentista*, indutora de uma visão de mundo *simplicista*, tornou-se, a partir do início dos anos 1990, claramente hegemônica, com impactos, inclusive, na área da educação, tendo boa parte das escolas de ensino superior brasileiras, sob o influxo do *mainstream* econômico neoliberal, claramente passado a minimizar a importância dos estudos, por exemplo, de história econômica e de sistemas econômicos comparados.

Tudo indica que essa postura, combinada com outras deficiências do ensino superior brasileiro (como o descaso em relação a disciplinas como Filosofia, Sociologia e Teoria Geral do Direito Econômico, dentre outras), teve forte impacto na formação, a partir de então, sobretudo de economistas, juristas e cientistas sociais, o que resta evidenciado por uma imensa quantidade de profissionais dessas áreas que se limitam a repetir, “religiosamente” (sem uma análise crítica e contextual minimamente satisfatória), certos dogmas ou postulados característicos do liberalismo econômico, na linha do livre comércio, da “mão invisível” do mercado, do monetarismo etc.

Nesse sentido, basta ver, por exemplo, as manifestações de uma boa parcela dos analistas e consultores do mercado financeiro e/ou do noticiário econômico. A nota marcante de suas exposições é a preocupação com as **expectativas dos mercados financeiro e de capitais**, e suas análises passam, com frequência, ao largo dos setores produtivos (*economia real*) e de diferenças fundamentais entre distintas estruturas e realidades nacionais, bem como de aspectos essenciais (geopolíticos e geoeconômicos) do contexto internacional, denotando, não raro, enorme dificuldade em lidar com a complexidade e a diversidade do mundo contemporâneo.

Daí, talvez, a sua aversão a tudo que não seja *ortodoxia* e a sua preferência pela zona de conforto propiciada pelas visões *tradicionais* e/ou *conservadoras*. Daí, também, não causarem surpresa o estreito vínculo entre o neoliberalismo e as posições ideológicas da chamada “extrema direita”,

assim como a clara e forte adesão ao “bolsonarismo” evidenciada por uma parcela expressiva dos chamados “*farialimers*” (como “tipo social”, independentemente de atuarem no circuito da Av. Faria Lima), notadamente da porção vinculada aos mercados financeiro e de capitais.

As considerações expendidas neste e no tópico anterior remetem, de certa forma, ao conceito de *abstração real* que, na dicção de Belluzzo e Galípolo (2021, p.13), “*condensa com propriedade a natureza do processo de constituição da estrutura e dinâmica do capitalismo*”, cujo objetivo, enquanto sistema, “*é a acumulação de riqueza abstrata, monetária*”. Não importa, dizem eles mais adiante, “*onde e o que produzir, mas distribuir e organizar a produção nos espaços que permitam a maximização dos resultados monetários ambicionados por grandes empresas e bancos que controlam os instrumentos de produção e o dinheiro*”, de modo que “*as condições de vida dos habitantes dos espaços fracionados, abandonados ou ocupados, são mera consequência, boa ou má, dos movimentos da abstração real*”.

Após dizerem que o processo de abstração real “*opera nos subterrâneos das sociedades capitalistas e deforma suas superfícies*”, Belluzzo e Galípolo (2021, p.12/13) destacam uma fala do filósofo italiano Roberto Finelli no sentido de que, na verdade, “*a abstração real não se opõe ao mundo do concreto, não o força ou o obriga como força externa, mas o coloniza por dentro, o assimila às suas leis*”. E completam: “*A abstração real é um vetor da realidade nem visível nem tangível: tão invisível que, em sua construção da realidade, essa força subterrânea só pode produzir o esvaziamento real do concreto*”, o que significa que, simultaneamente, “*produz e dissimula a realidade*”.

De se ver, enfim, que o impacto (ou “estrago”) neoliberal foi amplo e bastante expressivo. Claro que trouxe, também, ainda que algumas vezes pelo avesso dos interesses sociais e nacionais dos países periféricos, certas lições que, todavia, poucos parecem dispostos a (ou capazes de) entender em profundidade e, conforme o caso, evitar ou aplicar. De resto, vale acrescentar que, sobretudo do ponto de vista dos não ricos e, dentre eles, os menos favorecidos e os mais vulneráveis, o neoliberalismo nem de longe entregou (ou se mostra capaz de entregar) aquilo que “prometeu”.

Portanto, indispensável realçar, aqui, o trecho em que Simoens da Silva diz que, “*grosso modo, o neoliberalismo é visto como um projeto de desregulamentação dos mercados, de internacionalização financeira, de consequente destruição de direitos trabalhistas e de concentração de renda*”, ressaltando, na sequência, que “*a destruição de estruturas tradicionais que instabilizaram os mercados de trabalho trouxe consequências de longo alcance*”. Finalizando, destaca os termos *volatilidade, fluidez, flexibilidade e curta duração* como *palavras de ordem* desse sistema, e o fato de *os vínculos profissionais, como alianças e colaborações, poderem ser “feitos e desfeitos segundo as circunstâncias*”. Aí, aliás, uma das facetas do “mundo líquido” a que se referiu Zygmunt Baumann, multicitado no artigo de Simoens da Silva.

EDUCAÇÃO, REDES SOCIAIS E IDIOTIA INTERIOR

Considerando os vários enfoques de análise possíveis, por certo que são muitas as questões que concernem ou impactam, em maior ou menor grau, os três pontos destacados por Przeworski e que devem ser analisadas na perspectiva das crises atuais da democracia, notadamente as que tendem, ao menos em tese, a facilitar ou potencializar, por exemplo, a dinâmica da polarização político-ideológica em curso e seus desdobramentos. Duas delas serão destacadas na sequência.

A primeira questão, de corte transversal, é a que envolve a **educação** (e, complementarmente, a **cultura**), cujas enormes deficiências tendem a impactar de modo bastante negativo a (formação da) capacidade cognitiva e de análise crítica das pessoas, facilitando, por certo, a assimilação (acrítica, geralmente) de ideias e mensagens mentirosas, distorcidas, desinformadas, preconceituosas etc., a exemplo de uma enorme parcela das que vêm sendo disseminadas, há alguns anos e diuturnamente, no âmbito das *redes sociais extremistas*, notadamente da “extrema direita” (Rocha, 2024), produzindo efeitos semelhantes ou equivalentes aos de uma *lavagem cerebral* (Vieira, 2022).

Interessante notar que a chamada *lavagem cerebral*, ao operar na linha do descolamento da realidade, da alienação e das realidades paralelas, senão também da desconstrução e da “simplificação”, sugere uma outra forma (sob outras determinações) de *esvaziamento real do concreto* e de *abstração real* (v. citação de Belluzo e Galípolo), forma essa que também distorce, dissimula ou “esconde” um ou mais elementos ou aspectos da diversidade e da complexidade que moldam e caracterizam a realidade.

A menção a redes sociais remete à segunda questão, também de natureza transversal, que é a do avanço tecnológico aplicado à produção sofisticada de *fake news* e, mais grave ainda, de *deep fakes*, para cujo enfrentamento, contenção e/ou bloqueio pela própria sociedade seria altamente desejável, dentre outros aspectos, (precisamente) uma capacidade analítica e crítica robusta e uma firme disposição (com equilíbrio e rigor ético) por parte dos receptores das mensagens. Isso para não falar, claro, da indispensabilidade de uma regulação estatal adequada para esses tipos de manifestação.

Sobre *fake news* e desinformação, vale citar o texto intitulado *Uma Crônica do Tempo Presente: Pandemia Digital, Irracionalidade e Desastre Anunciado* (Vieira, 2022), em que foram analisados o período prévio e o imediato pós-eleitoral de 2022, sendo que muitos dos aspectos ali focados persistem, claramente, até hoje. A questão da *lavagem cerebral*, aliás, também constou dessa crônica.

A propósito do papel atual da Internet e das redes sociais, importa lembrar que o debate a respeito do impacto social da disseminação dos *meios de comunicação por imagem*, incluindo a discussão acerca da sua possível influência na *redução* da *capacidade crítica* das pessoas, não é coisa nova, podendo-se citar, por exemplo, as análises de Adorno e Horkheimer (Escola de Frankfurt) sobre

comunicação de massa e indústria cultural, entre as décadas de 1940 e 1960, quando despontava a importância da televisão na formação do imaginário das pessoas.

Nessa linha, vale citar, também, o artigo intitulado *A Idiotia Interior de Todos Nós*, em que Teixeira Coelho faz uma análise crítica incisiva do livro *Homo Videns*, de Giovanni Sartori, abordando a questão da alegada “destruição” da capacidade de abstração do ser humano (“redução do pensamento”) promovida pelos meios de comunicação por imagem (Coelho Netto, 2001).

Teixeira Coelho observa que Enzensberger usou o eufemismo “***analfabeto secundário***” para designar o homem pós-TV, sendo este, diz ele, “*a pessoa que consegue ler um jornal, sacar dinheiro de um caixa eletrônico, mas é incapaz de interpretar por si o cenário político ou cultural que o cerca*” (grifamos). E completa: “*Analfabeto secundário é, hoje, uma forma polida demais. Idiota parece ser o termo*”.

Finalizando o seu artigo, diz Teixeira Coelho: “*De certo, resta que não mais se trata apenas de constatar a idiotia promovida pela mídia eletrônica e alertar para o assalto à democracia e ao pensamento feito pelos ‘gangsta rap’ e outros neonazistas mal disfarçados. Se há um tema a discutir é o de uma política cultural para a mídia eletrônica, TV e internet. Elas estão aí; como usá-las para evitar que nos usem: é essa a questão, ainda evitada na sociedade e nos governos*” (grifamos).

Importa notar que nesse trecho final Teixeira Coelho aludia, já em 2001, à importância de uma regulação para os meios de comunicação, enquanto tantos (notadamente da “extrema direita” brasileira), ainda hoje, teimam em negar a necessidade de uma *regulação específica* para as *mídias sociais*.

BRASIL: DESPREPARO DE ELITES, POLÍTICOS E LÍDERES RELIGIOSOS

No mais, não poderia finalizar estes comentários sem mencionar dois pontos próprios do quadro político brasileiro que, efetivamente, preocupam muito *vis-à-vis* a necessidade de consolidação da democracia no Brasil: primeiro, a questão dos quadros políticos muito fragmentados, referida por Simoens da Silva, que impõem uma grande dificuldade para a formação de governos com condição ou capacidade efetiva de governar; em segundo lugar, a participação crescente (observada, também, a sua forma) de representantes de denominações religiosas, notadamente do segmento evangélico dito pentecostal, na esfera pública brasileira.

No primeiro caso, já não bastasse o absurdo despreparo das elites econômicas (de há muito denunciado por Celso Furtado, Darcy Ribeiro e outros), é assustadora a quantidade de partidos políticos desprovidos de identidade ideológica (mesmo no sentido, apenas, de “suma de ideias” bem articulada) crível e prezável, e/ou de compromisso claro e efetivo para com o futuro (e, aí, o desenvolvimento sustentável) do País, assim como de parlamentares flagrantemente despreparados, com pouca ou nenhuma visão ou noção bastante de Estado, de sociedade

organizada, de planejamento (para o desenvolvimento, por exemplo), de relações internacionais etc. E não são poucos, também, os que, eleitos para o nível federal, comportam-se como “meros vereadores” à caça de fatias do orçamento público para, simplesmente, agraciar seus redutos eleitorais e garantir vantagem sobre os concorrentes na eleição seguinte.

Essas características nada auspiciosas, presentes em larga escala no substrato “superior” (porque decisório) da sociedade, combinadas com interesses e disputas por poder que buscam, de forma pouco ou nada democrática, a “captura” ou até, à guisa de “oposição política” (equivocadamente exercida, diga-se), a inviabilização de governos, incluindo a criação de instrumentos desconectados das melhores práticas republicanas (tais como as emendas bilionárias *de relator* e as *emendas PIX*, de pouca ou nenhuma transparência), e assim por diante, são elementos, dentre outros (igualmente distantes dos interesses maiores da sociedade e do País), inequivocamente preocupantes para a saúde da relativamente jovem democracia brasileira.

Quanto ao segundo ponto, cabe especial menção às questões levantadas pelo Prof. Castro Rocha (2024) em seus estudos acerca do movimento neopentecostal no Brasil e sua história recente (envolvendo a *teologia do domínio* e um *projeto de poder*), em que é dado destaque tanto ao crescimento da chamada “bancada evangélica” no Congresso Nacional, como ao apoio de alguns líderes evangélicos ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e, por extensão, a pautas da “extrema direita” brasileira. Para completar, a fala de boa parte desses líderes sugere um despreparo não apenas intelectual, mas também para lidar com o enorme risco da mistura entre política e religião, que pode abrigar, como é comum em projetos de poder de qualquer natureza ou matiz, tanto interesses não republicanos, como atos ilegais, sem contar o viés tendencialmente autoritário ou antidemocrático.

Aliás, na esteira da pergunta que nomeia o artigo de Simoens da Silva (*as democracias estão em crise?*), não poderia ser mais emblemático o título atribuído à entrevista dada por Castro Rocha, em Mar/2024, ao veículo *Brasil de Fato*: “*Se não reagirmos, em 15 anos não haverá mais democracia no mundo*” (Rocha, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, retomando as citadas observações de Belluzzo, Galípolo e Finelli, segue uma provocação a partir da referência de Castro Rocha a um *projeto de poder* pentecostal: não haveria, aí, uma (outra) forma de abstração real em que a chamada *pauta de costumes* (basicamente, moral e religiosa) opera como um *vetor da realidade* capaz de produzir um *esvaziamento real do concreto*? Um vetor que, antes de se opor ao mundo concreto (diverso e complexo), tenta colonizá-lo por dentro, assimilando-o “às suas leis”? Nessa hipótese, dito projeto de poder, plasmado no âmbito “religioso” e potencializado pela esfera política, ao atuar como *força subterrânea* dissimulada pelos que a produzem e controlam não seria, precisamente, o ponto de partida desse vetor, a lhe conferir módulo, direção e sentido?

No mais, na linha do *last but not least*, não se há que olvidar o papel extremamente importante, senão decisivo, que as **condições materiais da existência** podem assumir no contexto das crises da política e da democracia. Afinal, a extrema pobreza, a fome, as imensas disparidades na distribuição de renda, a oferta deficiente de serviços públicos, a desigualdade no acesso aos direitos da cidadania, etc., podem levar a respostas políticas claramente desconectadas dos (ou da possibilidade de serem satisfeitos os) anseios por um país mais justo, igualitário, soberano e que busca o desenvolvimento sustentável. Nesse caso, fenômenos eleitorais na linha da “extrema direita” bolsonarista, ou mesmo de “salvadores da pátria” de qualquer matiz ideológico, certamente não podem ser considerados, propriamente, surpreendentes.

Por fim, vale uma rápida palavra sobre a posição de Larry Bartels ao dizer em entrevista, conforme citação feita por Simoens da Silva, que acha exagerado o perigo de colapso das democracias. Ressalvado o fato de que Bartels fala, essencialmente, da Europa ocidental (que não é o mesmo, note-se, que falar de Brasil), os comentários acerca do processo evolutivo que desembocou na democracia atual, expressados no início deste artigo e apoiados, sobretudo, numa perspectiva cíclica e de grandes linhas do processo histórico, parecem conferir certo grau de razoabilidade à posição dele, Bartels.

Quando menos, o longo *processo cultural* consubstanciado na passagem, primeiro, da *autocracia* para a *aristocracia* e, depois, desta para a *democracia representativa* (que evolui, agora, para a forma *participativa*), torna difícil admitir um **retrocesso civilizatório** tamanho que nos leve, por exemplo, a um retorno generalizado e definitivo para a autocracia. Nesse sentido, é de se esperar que a luta *gramsciana* entre o velho e o novo, (supostamente) subjacente a pelo menos algumas das crises atuais, se circunscreva à disputa entre os modelos de *representação* (a caminho do esgotamento) e de *participação* (que ainda não se firmou totalmente) na dimensão política dela, democracia, em cujos “intervalos” (da luta) podem, presentes os riscos apontados por Przeworski, ocorrer quedas (cíclicas) para o autoritarismo.

De qualquer modo, não há como ignorar o sem número de evidências que os cenários político, econômico e social ao redor do mundo têm apresentado, nos últimos tempos, no sentido de que, no curto e (possivelmente, também) no médio prazo, há uma enorme probabilidade de a humanidade (ou, pelo menos, uma extensa parcela dela, com destaque para os não ricos e, dentre estes, os menos favorecidos e os mais vulneráveis) padecer ou, no mínimo, viver de sobressaltos sob o mal ou a ameaça dos extremismos, a reboque da ignorância (ou idiotia) e do egoísmo que lhes dão sustentação.

TEXTOS CITADOS

BELLUZZO, Luiz Gonzaga e **GALÍPOLO**, Gabriel - *Dinheiro: o poder da abstração real*. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2021.

CARVALHO, Carlos Augusto Dias de – Comentários feitos em 25/03/2024 ao artigo de Simoens da Silva. Vide <https://reflexoesinquietas.com.br/um-olhar-para-o-mundo/as-democracias-estao-em-crise/> (acessado em 24.07.2024); **2024**.

CASTRO ROCHA - vide **ROCHA**, João Cezar de Castro.

COELHO NETTO, José Teixeira - *A Idiotia Interior de Todos Nós*. Artigo datado de 24.06.2001. Vide [Folha de S.Paulo - Teixeira Coelho: A idiotia interior de todos nós - 24/06/2001 \(uol.com.br\)](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2406200114.htm) ou <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2406200114.htm> (acessado em 24/07/2024); **2001**.

GRAU, Eros Roberto - *O Direito Posto e o Direito Pressuposto*. São Paulo: Ed. Malheiros, 7ª edição (revista e ampliada), **2008**.

LACERDA, Antonio Correa de - *Globalização e Investimento Estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2ª edição, **2004**.

MAYER, Sonia Maria da Cunha – Comentários feitos em 27/03/2024 ao artigo de Simoens da Silva. Vide <https://reflexoesinquietas.com.br/um-olhar-para-o-mundo/as-democracias-estao-em-crise/> (acessado em 24.07.2024); **2024**.

MOLLO, MARIA DE LOURDES TOLLEMBERG – *Crise e Deflação de Ativos: por quê?, in Dossiê da Crise*. Campinas/SP: Associação Keynesiana Brasileira, Nov/2008. Vide [Dossiê da crise – 2008 \(associacaokeynesianabrasileira.org\)](https://associacaokeynesianabrasileira.org/dossie-da-crise-2008/) ou <https://associacaokeynesianabrasileira.org/dossie-da-crise-2008/> (acessado em 24/07/2024); **2008**.

SILVA, Luiz Afonso Simoens da - *Moeda e Crise Econômica Global*. São Paulo: Ed. Unesp, **2015**.

_____ - *As democracias estão em crise?* Artigo datado de 24/03/2024. Vide <https://reflexoesinquietas.com.br/wp-content/uploads/2024/03/criSES-da-democracia.pdf> (acessado em 24/07/2024); **2024**.

SIMOENS DA SILVA - vide **SILVA**, Luiz Afonso Simoens da.

PRZEWORSKI, Adam - *Crises da Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, **2020** (as citações a Przeworski foram feitas a partir do artigo de Simoens da Silva: *As democracias estão em crise?*).

ROCHA, João Cezar de Castro - *Se não reagirmos, em 15 anos não haverá mais democracia no mundo*. Entrevista datada de 28.04.2024 ao site Brasil de Fato. Vide www.brasildefato.com.br/2024/04/28/se-nao-reagirmos-em-15-anos-nao-havera-mais-democracia-no-mundo-diz-historiador (acessado em 24/07/2024); **2024**.

TEIXEIRA COELHO – vide **COELHO NETTO**, José Teixeira.

VIEIRA, José Luiz Conrado - *Uma Crônica do Tempo Presente: Pandemia Digital, Irracionalidade e Desastre Anunciado*. Artigo datado de 08/12/2022. Vide <https://reflexoesinquietas.com.br/um-olhar-para-o-brasil/cronica-do-tempo-presente-pandemia-digital-irracionalidade-e-desastre-anunciado-de-jose-luiz-conrado-vieira/> (acessado em 24/07/2024); **2022**.